

# O Corredor Verde e o Novo Colonialismo Energético Francês

O acordo firmado entre Brasil e França para a criação de um “corredor marítimo verde” escancara a nova roupagem do colonialismo moderno: o ambientalismo geopolítico. Sob o pretexto de reduzir emissões e promover sustentabilidade, o pacto impõe um sistema de monopólio logístico disfarçado de boas práticas. Por trás do jargão ESG, esconde-se o verdadeiro plano francês: preservar sua matriz energética baseada em energia nuclear, enquanto impede que países como o Brasil explorem sua infraestrutura marítima e seus ativos minerais.

Com cláusulas que restringem o transporte a operadores “ambientalmente compatíveis”, o acordo expulsa concorrentes e favorece grupos já alinhados com os padrões tecnológicos impostos pela elite geoeconômica. A tal “tripla crise planetária” – clima, biodiversidade, poluição – funciona como escudo narrativo para travar o desenvolvimento fora do eixo euro-atlântico. O Brasil, que domina tecnologias de exploração em águas profundas graças à Petrobras, é afastado do jogo com elogios protocolares e promessas decorativas.

A armadilha está nas entrelinhas. Autoridades portuárias, operadores de navios e embarcações precisam “agregar valor verde” ao transporte – na prática, significa atender critérios inalcançáveis para a maioria dos países fora do circuito industrial dominante. Soma-se a isto, a criação de um comitê binacional que dará à França poder deliberativo sobre rotas, tecnologias e políticas de navegação envolvendo território brasileiro. O nome é “corredor verde”; o efeito é bloqueio regulatório com verniz ecológico.

Enquanto o Brasil assina declarações de intenção e aceita o papel de zelador ambiental, a elite geoeconômica acelera investimentos em inteligência artificial, energia e data centers. Em 2024, a França exportou mais de 89 TWh de eletricidade – e, agora, redireciona esse excedente a megaprojetos digitais, blindados por fast tracks regulatórios e infraestrutura nuclear. A mesma energia que recomendam abandonar é justamente o que projeta sua hegemonia no século XXI.

O mais alarmante é a ausência completa de debate público e institucional no Brasil. Um acordo que envolve soberania logística, energia e regulação tecnológica foi assinado sem qualquer consulta ao Congresso Nacional ou às autoridades estratégicas. Enquanto isso, a França transforma planejamento energético em política de Estado, e consolida sua vantagem competitiva como novo polo digital da Europa.

É uma equação já conhecida: a elite geoeconômica dita as regras, os países periféricos obedecem. Bloqueiam a margem equatorial, criam tratados de “preservação” para impedir a mineração de terras raras, e agora interferem na logística oceânica. Tudo isso sob a capa nobre da sustentabilidade. Não é sobre clima. É sobre comando.

O Brasil, mais uma vez, preserva o que não pode explorar. Acordos como esse nos afastam de qualquer protagonismo estratégico, enquanto entregamos rotas, recursos e soberania em nome de uma virtude ambiental seletiva. O corredor verde não é um pacto pelo futuro – é a certidão da nossa dependência.

- Para mais detalhes sobre o tema, assista ao vídeo do programa [no link](#).

